

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Diário do povo (S.P.) Class.: 358

Data 29 de janeiro de 1989 Pg.: _____

190 *Universidade cria vagas especiais para indígenas*

“Isso não é uma aventura, mas um compromisso”. A declaração é de Orlando Baré, 27 anos, da tribo dos índios Baré, do Amazonas, que se encontra em Goiânia prestando exame vestibular para o curso de Direito da UCG — Universidade Católica de Goiás. Junto com ele, quatro outros jovens índios estão fazendo provas também para Direito e outros cinco querem fazer Biologia, também na UCG, mas a nível de extensão universitária, sem a necessidade, portanto, de teste vestibular.

“Pela primeira vez na história do ensino superior do Brasil uma universidade abre dez vagas especiais para estudantes indígenas, no sentido de garantir-lhes uma formação técnico-científica na área de Biologia e Direito”, disse Jorge Terena, conselheiro da UNI — União das Nações Indígenas —, responsável pelo encaminhamento à UCG de requerimento solicitando a criação dessas vagas.

“Não temos ainda nenhuma resposta à reivindicação da UNI, apesar de entendermos que esse é um papel que a UCG já vem desempenhando há muito tempo: de trabalharmos juntos com a comunidade, procurando atendê-la em suas necessidades”, explicou Rosival Lagares, membro da comissão de vestibular. A UNI requereu a criação de mais cinco vagas, além das 100 já existentes para o curso de Direito, a fim de que os jovens indígenas não tenham que concorrer com os outros 800 estudantes inscritos para essas vagas.

Pela proposta da UNI, esses estudantes teriam apenas que comprovar um conhecimento mínimo das diferentes matérias constantes do exame vestibular, apesar de todos eles terem concluído o 2º grau. Para o curso de Biologia eles não reivindicaram uma participação a nível de graduação e, por isso, não se inscreveram para as provas, que têm início hoje.

Fazem parte do grupo estudantes das nações Terena (Mato Grosso), Bakairi (Mato Grosso), Baré (Amazonas), Tariano (Amazonas) e Pankararu (Nordeste), que querem fazer o curso de Direito; e índios Suruí (Rondônia), Caiapó (Pará), Tibuna (Amazonas), Xavantes (Mato Grosso) e Bakairi (Mato Grosso), interessados na especialização de Biologia. Para Jorge Terena, o interesse pelos cursos de Biologia e Direito “é o próprio reflexo da realidade vivida pela comunidade indígena nacional”.

Segundo ele, existem hoje no País cerca de sete mil processos jurídicos envolvendo demarcação de reservas, enterrados dentro da própria Funai, e vários deles correndo à revelia pelo menos há 20 anos. No caso da Biologia, os estudantes explicam que a prioridade da aprendizagem ficará voltada para a elaboração e desenvolvimento de projetos visando à preservação do sistema ecológico. “Ao protegermos a natureza, estamos protegendo nossa-própria raça”, afirmou Paulo Pankararu.